

ATA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIAO DAS FREGUESIAS DE AMARANTE (S.GONÇALO), MADALENA, CEPELOS E GATÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia da União das Freguesias de Amarante, Madalena, Cepelos e Gatão, nas instalações da Sede da União de Freguesias (S. Gonçalo).

A Mesa da Assembleia de Freguesia foi constituída por: Carlos Gonçalo Teixeira Pereira (Presidente da Assembleia), Paula Carla Monteiro Aires (1ª Secretária) e Mafalda Gonçalves Coelho (2ª Secretária)

Compareceram os Ex.m.ºs Senhores Membros deste órgão deliberativo:

Paulo Alexandre Fonseca Pinto Vasconcelos, Carlos José Monteiro Silva, Bárbara Mesquita de Abreu, Ana Isabel Pereira Ferreira, Rui Pedro Barreira Morais, Rui Luís de Melo Canossa Moreira, José Serafim Azevedo Files, Alfredo Manuel Branco de Carvalho, Mafalda Leonor Pinto da Pinha Monteiro e Joaquim Augusto Pinto Coelho.

A Junta de Freguesia fez-se representar pelos senhores: Joaquim António Pinheiro (Presidente), Maria de Lurdes Machado Pinheiro (Secretária), Mário de Carvalho Dinis (Tesoureiro) e Luís Carlos Teixeira Coelho.

Quando eram vinte e uma horas, estando presentes todos os seus membros, o Senhor Presidente da Mesa deu início aos trabalhos.

Passou-se de imediato ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**

O Senhor Presidente da Mesa lembrou que esta esta sessão se rege pelo regimento em vigor e deu início ao período antes da ordem do dia.

Inscreveram-se para usar da palavra os Senhores:

Paulo Vasconcelos (PPD-PSD)

No uso da palavra saudou todos os presentes. Teceu alguns comentários sobre o passado ato eleitoral, mostrando o seu descontentamento com comportamentos que, na sua opinião, vão contra as normas regulamentares do procedimento eleitoral.

Enquanto representante do partido político PSD salientou que a sua equipa tudo fará para dignificar o propósito de servir as pessoas, com espírito construtivo e de missão às

gentes deste território e pretendendo ser uma alternativa.

O Senhor Presidente da Mesa, relativamente aos comentários sobre o passado ato eleitoral, respondeu que este órgão não é o local apropriado para resolver questões relacionadas com alegados comportamentos ocorridos durante o período eleitoral.

Não havendo mais ninguém para usar a palavra o Senhor Presidente deu por encerrado o período antes da ordem do dia.

PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto o período da ordem do dia, na intervenção do público, pediu para usar da palavra o Senhor António Pereira, que desejou ao executivo eleito que realize um trabalho que dignifique a freguesia, aproveitou para agradecer o apoio recebido por parte da Junta de Freguesia para Associação Desportiva de Amarante (ADA) e disponibilizou-se para colaborar em prol do desenvolvimento da freguesia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto 1 - Discussão e Aprovação do Regimento da Assembleia da União de Freguesias

O Senhor Presidente da Assembleia, como metodologia, propôs que a votação se desdobrasse em dois momentos: primeiro com a votação na generalidade do documento e, em momento subsequente, votação na especialidade, a incidir sobre o articulado do documento.

O plenário seguindo a referida metodologia, aprovou o Regimento na generalidade.

Seguidamente, colocou o Regimento à discussão e aprovação, na especialidade, tendo uso usado da palavra os Senhores:

Paulo Vasconcelos (PPD-PSD)

No uso da palavra propôs as seguintes alterações ao Regimento:

1 - Artigo 17º – Período antes da ordem do dia – Alteração para 60 minutos (PS 32 m, PPD/PSD – 24 m, CDS/PP – 4 m), salientado a importância do período antes da ordem para discutir os assuntos de interesse da União de Freguesias;

2 – Artigo 22º, nº 1 – Funcionamento das Sessões – Alteração para 60 minutos;

3 – Artigo 26º – Atas – Alteração para o seguinte texto: *“De cada sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela tiver passado, indicando*

designadamente, a data e o local da sessão, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada”;

4 – Artigo 27º – Formação de Comissões – Alteração para o seguinte texto: “A Assembleia de Freguesia pode constituir Delegações para qualquer fim determinado; 2. A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo presidente, pela mesa, por qualquer Força Política com assento na Assembleia ou por qualquer Membro da Assembleia; 3. O número de Membros de cada Delegação e a sua distribuição pelas diversas Forças políticas representadas na Assembleia”

Rui Morais (PS)

Interveio o Sr. Rui Pedro Morais argumentando que o tempo proposto é suficiente e que as alterações propostas não se justificam.

Colocada a votação esta proposta de alteração, em sede de especialidade, subscrita pelo Senhor Paulo Vasconcelos (PPD – PSD), foi a mesma reprovada com o seguinte resultado: **Votos contra 7 (PS), abstenções 0, Votos a favor 6 (5 -PPD-PSD, 1-CDS-PP).**

O Regimento foi **aprovado**, nos termos e de acordo **com a versão distribuída**

A presente deliberação foi, nos termos do artigo 57.º, n.ºs 3 e 4, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, aprovada em minuta para efeitos de imediata eficácia jurídica.

Ponto dois: Apreciação da informação sobre as atividades desenvolvidas pela Junta, no 4º trimestre de 2017

Neste ponto o Presidente da Mesa começou por dar a palavra ao Senhor Presidente Junta de Freguesia para apresentar o relatório das atividades desenvolvidas pela Junta.

Joaquim Pinheiro – Presidente da Junta

No uso da palavra faz referência que todas as atividades estão devidamente esplanadas no documento apresentado e que caso haja alguma dúvida poderá dar os esclarecimentos devidos

Paulo Vasconcelos (PPD-PSD)

No uso da palavra solicitou esclarecimento sobre as pavimentações que foram realizadas pela Junta e as que foram realizadas pela Câmara Municipal de Amarante e sobre o apoio dado à iniciativa “Yes we can”, questionando a colaboração dada pela Junta a este projeto.

Terminou felicitando a Junta pelo saldo positivo.

Rui Morais (PS)

No uso da palavra congratulou a Junta pela forma clara e esclarecedora com que elaborou o documento de apresentação das atividades desenvolvidas no quarto trimestre de 2017 e sugeriu que num próximo documento seja apresentado o montante gasto em cada atividade.

Joaquim Pinheiro – Presidente da Junta

Respondendo às questões colocadas pelo Senhor Paulo Vasconcelos esclareceu que no documento estava bem explícito quais as pavimentações foram solicitadas e negociadas pela Junta e executadas pelo Município.

Em relação ao projeto atrás referido o Senhor Presidente referiu que apenas foi dado apoio logístico sem utilização de verbas.

Foi dado cumprimento ao preceituado no artigo 9.º, n.º 2, al. e) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

Ponto 3 – Análise, discussão e votação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano económico de 2018

Joaquim Pinheiro – Presidente da Junta

Usou a palavra o Sr. Presidente da Junta para apresentar a proposta de orçamento para o ano económico de 2018, referindo que o orçamento apresentado é feito tendo como base a receita do fundo de financiamento de freguesias e com o acordo em negociação com a Câmara.

Referiu que a pedido do Senhor Presidente da Câmara a negociação entre a Junta e a Câmara só decorrerá em janeiro pelo que os protocolos e as obras a realizar só serão apresentadas em abril.

Ressalvou que o orçamento tem que ser revisto em abril de 2018.

Paulo Vasconcelos (PPD-PSD)

No uso da palavra solicitou esclarecimento sobre algumas rubricas do orçamento nomeadamente o investimento no boletim informativo, pois considera o valor de €2500,00 muito elevado, comparativamente com o valor atribuído à Ação Social (€500,00). Perguntou quais as iniciativas culturais, referindo que não há muita margem para investimentos uma

vez que a maior parte do orçamento vai para as remunerações.

Solicitou esclarecimento sobre o critério para atribuição de subsídios as associações desportivas e ação social e sobre a utilização de produto fitofarmacêuticos no centro urbano e fora do centro urbano.

Rui Morais (PS)

Solicitou a palavra o Sr. Rui Pedro Morais para questionar o executivo sobre os acordos de execução com o município e o quadro de pessoal.

Joaquim Pinheiro – Presidente da Junta

O Sr. Presidente usou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos.

Informou que o valor gasto com remunerações é o necessário para assegurar os serviços prestados à comunidade, nomeadamente com quatro equipas de limpeza de ruas que gostariam de poder aumentar mas o orçamento não permite.

Relativamente ao Boletim Informativo aceita a crítica mas sendo uma proposta eleitoral vai manter.

Os produtos fitofarmacêuticos são aplicados uma a duas vezes por ano fora do centro urbano, por pessoal habilitado.

Os subsídios são dados para apoiar atividades, uma vez que a Junta não apoia, normalmente, as instituições mas as atividades que são apresentadas e analisadas.

A ação social é feita de uma forma discreta e com respeito pela dignidade humana. O apoio social é feito de acordo com as necessidades das pessoas trabalhando com instituições que têm como finalidade o apoio direto às pessoas. A Junta já articulou com a Cruz Vermelha e as Conferências Vicentinas para estabelecerem um calendário de apoio ao longo do ano.

Sempre que é solicitado e se verifica a necessidade é dado apoio mensal nas escolas (refeições e transporte).

No que respeita ao protocolo com o Município mantiveram dois protocolos em 2017. Os protocolos são elaborados quando estão envolvidas verbas elevadas.

Rui Morais (PS)

Usou a palavra o Sr. Rui Pedro Morais para questionar o executivo sobre as medidas tomadas junto do Município para dinamização do Apeadeiro de Gatão.

Joaquim Pinheiro – Presidente da Junta

O Sr. Presidente da Junta esclareceu que já está a ser negociado um protocolo entre a Câmara Municipal de Amarante e a Associação Cultural e Recreativa de Gatão.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação do documento. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra 0, abstenções 6 (PPD-PSD-5, CDS-PP-1), Votos a favor 7 (PS). A proposta foi aprovada.**

Ponto 4 – Análise, discussão e votação do Regulamento de taxas e tarifas para o ano de 2018.

Paulo Vasconcelos (PPD-PSD)

Usou a palavra o Sr. Paulo Vasconcelos questionando sobre a gratuitidade das declarações e atestados referindo que deveria ser cobrado um valor que podia ser utilizado com fonte de receita ficando isentas as pessoas com carência económica.

Joaquim Pinheiro – Presidente da Junta

O Sr. Presidente referiu que esta é uma medida política de cariz social e que a fonte de receita nunca seria significativa, uma vez que a maior parte das pessoas que solicita as declarações e atestado são pessoas que não têm possibilidade financeira para efetuarem esse pagamento.

Rui Morais (PS)

No uso da palavra congratulou o executivo por esta medida.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra 0, abstenções 6 (PPD-PSD-5, CDS-PP-1), Votos a favor 7 (PS). A proposta foi aprovada.**

A presente deliberação foi, nos termos do artigo 57.º, n.ºs 3 e 4, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, aprovada em minuta para efeitos de imediata eficácia jurídica.

Ponto 5 – Análise, discussão e votação do regulamento do Cemitério e das Casas Mortuárias.

Joaquim Pinheiro – Presidente da Junta

No uso da palavra referiu que apresentou o regulamento porque houve atualização da taxa de ocupação das casas mortuárias.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra 0, abstenções 6 (PPD-PSD-5, CDS-PP-1), Votos a favor 7 (PS). A proposta foi aprovada.**

A presente deliberação foi, nos termos do artigo 57.º, n.ºs 3 e 4, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, aprovada em minuta para efeitos de imediata eficácia jurídica.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram 22 horas e 30 minutos.

Desta sessão foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e, nas funções de coadjuvação, pelas suas Secretárias.

O PRESIDENTE, *Carlos Gonçalo Teixeira Pereira*

A 1ª SECRETÁRIA, *Paula Carla Monteiro Aires*

A 2ª SECRETÁRIA, *Mafalda Gonçalves Coelho*